

**Um ano com
muitos resultados.
Tanto para a gente
quanto para
a sua empresa.**



O ano de 2019 foi repleto de resultados para o Grupo NotreDame Intermédica.

Conseguimos aumentar o controle dos custos e qualidade da nossa rede própria através de um modelo de negócios verticalizado, diminuindo consideravelmente os efeitos da inflação médica.

Continuamos com um substancial crescimento por meio de múltiplas aquisições, como Greenline, Mediplan, Belo Dente, Ghelfond, entre outras.

E, com foco em melhorar cada vez mais a experiência do cliente, fizemos grandes investimentos em infraestrutura, dando sequência ao trabalho iniciado em 2015.

Além disso, só em 2019, tivemos 11 hospitais, 7 prontos-atendimentos e 3 centros clínicos acreditados pela ONA, um hospital com acreditação internacional com a Qmentum Accreditation e a certificação ISO 9001 pela Interodonto.

Mas o resultado mais importante foi garantir para nossos clientes acesso a uma rede de atendimento cada vez melhor, a um custo menor e com mais rentabilidade para todos.

Saiba mais em GNDI.COM.BR



Nossos resultados foram muitos e você consegue ver na sua empresa.



O ano de 2019 foi repleto de resultados para o Grupo Notre Dame Intermédica. Conseguimos aumentar o controle dos custos e qualidade da nossa rede através de um modelo de negócios verticalizado, diminuindo consideravelmente os efeitos da inflação médica.

Continuamos com um substancial crescimento por meio de múltiplas estratégias, com grandes investimentos em infraestrutura. E recebemos diversas e importantes creditações para nossa rede própria. Mas o resultado mais importante foi garantir aos nossos clientes acesso a uma rede de atendimento cada vez melhor, a um custo menor e com geração de valor para todos.

Saiba mais em GNDI.COM.BR



ANS Nº 359017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores:
A Administração da Notre Dame Intermédica Participações S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Missão da Administração
Somos uma das maiores empresas de assistência à saúde no Brasil de acordo com os principais indicadores da Agência Nacional de Saúde (ANS). Oferecemos planos corporativos de assistência à saúde e também planos odontológicos, provendo serviços de qualidade com custo-benefício elevado, principalmente para a classe média brasileira. Acreditamos que nosso modelo diferenciado de atendimento na saúde, caracterizado por uma estrutura verticalmente integrada, representada por nossa rede própria de hospitais, pronto-socorros e clínicas, permitiu que nos destacássemos entre as principais operadoras de planos de assistência à saúde no Brasil.

Em 2019, o Grupo Notre Dame Intermédica fortaleceu os pilares do seu modelo de negócio por meio da estratégia de crescimento (M&A e orgânico) nos seus mercados-alvo e a constante preocupação em aprimorar a qualidade dos serviços médico-hospitalares prestados principalmente através da nossa rede própria, cujos relevantes investimentos buscam a melhoria contínua no atendimento aos nossos beneficiários.

Durante o último ano, demos continuidade ao processo de profissionalização, buscando uma melhor estrutura societária como alavanca que suporte nosso crescimento, realizando em 24 de junho de 2019, a conclusão da oferta pública de distribuição secundária de ações ("Follow-on"), que resultou na distribuição total de 67.500.000 ações, ofertadas a um preço por ação de R\$39,50. Posteriormente em 11 de dezembro de 2019, concluímos outra oferta pública de distribuição de ações, desta vez majoritariamente primária ("Follow-on"), que resultou na distribuição total de 87.750.000 ações, sendo 65.000.000 de novas ações ordinárias na oferta primária, ofertadas a um preço por ação de R\$57,00. Além desse processo, a companhia, por meio de suas controladas direta e indireta, emitiu duas séries de debêntures com o objetivo de permitir a aceleração do processo de crescimento através de aquisições de ativos sinérgicos à nossa operação. Em 2019, concluímos a aquisição de 6 importantes ativos: GreenLine (janeiro/2019), Hospital Amiu - reabilitado como Hospital Intermédica Jacarepaguá (abril/2019), Mediplan (maio/2019), Belo Dente (julho/2019), Ghelmond (novembro/2019), Grupo SMEDSJ (novembro/2019).

Em 2019, anunciamos a compra do Grupo São Lucas de Americana-SP (concluída em janeiro/2020), do grupo Clinipam do Paraná e Santa Catarina (concluída em fevereiro/2020) e da operadora Ecolé (aguardando aprovação da ANS), do grupo Notre Dame Intermédica (GNDI) também fortaleceu a estratégia vencedora de verticalização dos custos médicos por meio (i) de contínua expansão da Rede Própria e (ii) simplificação do mix de venda com produtos microrregionais, que tendem a ser mais verticalizados (produtos com acesso direcionado à Rede Própria local).

Exemplo de expansão da Rede Própria foi a inauguração do Laboratório Central (NotreLabs) localizado na cidade de São Paulo, que tem capacidade de realização de 3,0 milhões de exames de análises clínicas, podendo chegar até 5,0 milhões de exames com futuras ampliações. Em relação ao mix de produtos, destacamos o lançamento do NotreLife 50+, produto individual desenhado do público acima de 49 anos, baseado em um modelo caracterizado pela individualização das necessidades dos clientes, sejam elas assistências, sociais ou culturais. Entendendo as necessidades desse público exigente, criamos o Espaço NotreLife 50+, que são unidades especialmente projetadas para proporcionar maior acolhimento, conforto e estímulo ao convívio social, com infraestrutura moderna e planejada para oferecer acessibilidade e segurança em todos os momentos. Ademais, o atendimento hospitalar foi direcionado aos locais com selo Amigo do Idoso (Governo do Estado de São Paulo).

Todas essas iniciativas nos levaram a 4ª posição em número de beneficiários de Saúde em 2019, com 3,0 milhões de vidas. No Estado de São Paulo, o Grupo encerrou o ano na 1ª posição em número de beneficiários. Já no segmento de planos odontológicos, o grupo manteve a 2ª posição no ranking da ANS em número de beneficiários, com 2,6 milhão de vidas, que são atendidos por meio de uma rede de mais de 15.000 dentistas presentes em mais de 1.000 municípios. O segmento odontológico oferece oportunidades interessantes de *cross-selling*, permitindo-nos continuar a construir e fortalecer a fidelidade com os nossos clientes. Atualmente, 73,3% da base de contratos de planos de saúde de clientes corporativos inclui planos odontológicos.

A Receita Operacional Líquida da Companhia apresentou crescimento de 37,1% atingindo R\$ 8.412,4 bilhões, fruto da contínua expansão no número de beneficiários e do aumento de ticket médio dos planos de saúde, além das aquisições já mencionadas. As aquisições também contribuíram para o crescimento da receita de venda de serviços hospitalares para outros planos de saúde, estratégia utilizada para aproveitar a capacidade instalada da rede própria e otimizar os resultados. O faturamento bruto referente a esta linha de negócio cresceu 32,5% no ano, passando de R\$ 505,3 milhões em 2018 para R\$ 670,0 milhões em 2019.

Nosso EBITDA ajustado atingiu R\$ 1.276,5 milhões em 2019, com crescimento de 44,3% frente a 2018, com uma saudável combinação de crescimento da receita em ganhos de sinistralidade, que permitiram a margem de EBITDA ajustado se expandir para 15,2% em 2019. E assim como as demais linhas de resultado, o Lucro Líquido da Companhia, apresentou um crescimento significativo de 26,8% com relação ao ano anterior, atingindo R\$ 423,6 milhões.

"Tornar saúde de qualidade acessível a gerações de Brasileiros"
Ao seortar pelo preço justo, prevenção e medicina resolutiva, o Grupo Notre Dame Intermédica tem guiado suas operações nos últimos 50 anos de forma a oferecer a seus associados uma solução de qualidade superior no mercado de saúde suplementar.

A Companhia atua em duas linhas principais de negócio:
• **Operações de saúde**, que contemplam planos de assistência à saúde, com ampla gama de escolha entre produtos com acesso majoritário à nossa Rede Própria de hospitais, pronto-socorros e clínicas além de extensa rede de prestadores credenciados; e **serviços hospitalares** nas regiões em que o Grupo Notre Dame Intermédica detém Rede Própria, atendendo também aos associados de outras operadoras ou pacientes particulares;
• **Planos de assistência odontológica**, que garantem atendimento odontológico de qualidade em milhares de prestadores credenciados em todo o Brasil.

Para agregar essas linhas de negócio, a Companhia entende que pode tanto garantir a sua sustentabilidade financeira quanto otimizar a experiência do cliente corporativo e do beneficiário final. Isso é possível graças ao modelo verticalizado de atendimento à saúde: hospitais próprios garantem que não haverá procedimentos desnecessários, reduzindo a pressão de custos ao cliente e os riscos ao paciente. Ao mesmo tempo, a associação de planos odontológicos e de saúde oferece ao cliente o acesso mais abrangente à saúde.

Desde o início das operações em 1968, a Companhia se dedica à Medicina Preventiva, tornando-se pioneira na Saúde Suplementar quanto a esse tipo de atenção. Entendemos que a prevenção de doenças é o caminho mais sustentável para o Grupo e para o setor de saúde ao trazer melhor qualidade de vida para pacientes.

Cenário macroeconômico e setorial
Após a instabilidade política gerada pelas eleições de 2018, o Brasil começou a notar uma melhoria nos seus principais indicadores macroeconômicos, todavia, ainda longe do potencial de crescimento do país.

A inflação ao consumidor medida pelo IPCA atingiu 4,31% em 2019, maior que em 2018 (3,75%), mas ainda dentro da meta de inflação. Por outro lado, a inflação médica ainda se manteve em patamar elevado, devendo apresentar em 2019 apenas uma ligeira desaceleração frente aos 17,3% apurados no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, segundo dados do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS).

O Produto Interno Bruto se manteve estável em 1,0% nos 9 primeiros meses de 2019, indicador próximo ao de 2018 (1,1%), todavia muito superior ao biênio de 2015-2016, que apresentou uma queda de 3,8% e 3,6%, respectivamente.

A taxa básica de juros foi reduzida de 6,5% desde o final de 2018 para 4,5% em 2019, atingindo o menor nível histórico, estratégia que tem como objetivo fortalecer o consumo das famílias e o investimento privado, e como consequência reativar a geração de empregos.

A taxa média de desemprego de 2019 encerrou em 11,9%, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), comparado com 12,3% em 2018. Houve criação de 644 mil postos formais entre janeiro e dezembro de 2019, segundo o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), indicando finalmente a tão esperada retomada do emprego.

Embora a cobertura de saúde suplementar tenha forte relação com quantidade de empregos formais - cerca de 67% dos beneficiários detinham apólices de planos coletivos em setembro de 2019 - o setor de saúde ainda, não exibiu sinais de retomada, mostrando estabilidade frente a períodos anteriores, indicando inicialmente a tão esperada retomada do emprego.

Apesar da queda do número de desempregados no Brasil, o mercado terminou o ano com 47,0 milhões de beneficiários de planos privados de saúde, com a taxa de cobertura nacional permanecendo estável em 22,5%, segundo a ANS.

O Grupo Notre Dame Intermédica se manteve resiliente frente às adversidades. Em dezembro de 2019, atingimos a marca histórica de 3,0 milhões de beneficiários de planos de saúde, o que representou um crescimento de 37,1% em relação a dezembro de 2018 e alcançamos 2,6 milhão de beneficiários de planos odontológicos, com um expressivo crescimento de 35,4% na base de beneficiários em relação a dezembro 2018.

Continuamos em 2019 com a expansão de nossas operações através de aquisições bastante estratégicas para nosso negócio. Em janeiro de 2019, a Companhia concluiu a aquisição do grupo GreenLine, localizado na região metropolitana da cidade São Paulo, englobando uma carteira de 464 mil vidas, 2 hospitais, 10 pronto-socorros, 9 centros clínicos e um laboratório de processamento de análises clínicas.

Adicionalmente, em abril de 2019, o GNDI concluiu a aquisição do Hospital AMIU (atual Hospital Jacarepaguá), localizado no Rio de Janeiro com 67 leitos, sendo 20 de UTI, e um ambulatório com 20 consultórios. Já em maio de 2019, adquirimos o grupo Mediplan, composto por uma operadora com uma carteira de 80 mil vidas e um hospital em Sorocaba.

Em julho de 2019, foi consumada a nossa primeira aquisição de uma operadora especializada em planos odontológicos. A Belo Dente detém uma carteira de aproximadamente 350 mil beneficiários, sendo 98% pertencentes à categoria de planos coletivos, abrangendo principalmente os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O GNDI celebrou, em outubro de 2019, acordo de intenção de compra e venda de ações do grupo São Lucas, o qual possui uma carteira de aproximadamente 87 mil beneficiários de planos de saúde e conta com 3 centros clínicos e um hospital com 80 leitos (sendo 14 leitos de UTI). A operação foi concluída em janeiro de 2020.

Já em novembro de 2019, foram adquiridos o grupo Ghelmond, especializado em exames de imagem, com 12 unidades próprias, pontos de coleta de exames laboratoriais, 19 equipamentos de ressonância magnética e dois equipamentos de radioterapia para tratamento oncológico, e o grupo SMEDSJ, o qual opera um hospital com 106 leitos (sendo 31 leitos de UTI), 3 centros clínicos e uma carteira de aproximadamente 17 mil beneficiários de planos de saúde em São Gonçalo (RJ).

Ainda em novembro de 2019, a Companhia celebrou um acordo de intenção de compra e venda de participações societárias e outras avenças para a aquisição do Grupo Clinipam, o qual possui uma carteira de 333 mil beneficiários de planos de saúde localizados majoritariamente na região metropolitana de Curitiba

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Notas	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	137.082	379.921	5.973.381
Aplicações financeiras	8	133.881	37	3.514.439
Contas a receber de clientes	9	—	303.485	1.285.126
Estoques	—	—	—	492.769
Despesas de comercialização diferidas	10	—	—	50.771
Créditos tributários e previdenciários	11	1.332	155	121.029
Outros ativos	12	1.869	76.244	323.162
Não circulante				
Aplicações financeiras	8	6.774.702	2.435.455	7.174.659
Impostos diferidos ativo	13	—	—	28.478
Despesas de comercialização diferidas	17	—	—	312.412
Depósitos judiciais e fiscais	14	76.104	—	178.748
Outros ativos	12	—	—	493.414
Investimentos	15	6.698.598	2.435.455	611.043
Imobilizado	16	—	—	164.612
Direito de uso	17	—	—	11
Intangível	18	—	—	1.758.553
				478.805
				3.341.673
Total do ativo		6.911.784	2.815.376	13.148.040
				5.755.866

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Passivo e patrimônio líquido

Notas	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	19	541.388	80.762	2.433.967
Serviços a pagar	20	685	825	133.817
Tributos e encargos sociais a recolher	19	591	545	165.097
Dividendos a pagar	26.d	100.601	79.342	360.357
Empréstimos e financiamentos	20	—	—	106.601
Debêntures	21	—	—	220.683
Provisões de imposto de renda e contribuição social	22	—	—	169.560
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	22	—	—	56.985
Parcela diferida do preço de aquisição	25	118.981	—	6.893
Arrendamentos	17	—	—	945.405
Outros passivos	23	320.468	129.015	692.571
Não circulante				
Tributos e encargos sociais a recolher	19	—	—	536.281
Empréstimos e financiamentos	20	—	—	4.343.677
Debêntures	21	—	—	62.034
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	22	—	—	140.714
Parcela diferida do preço de aquisição	25	—	222.773	1.752.537
Impostos diferidos passivos	22	—	—	342.836
Provisões para ações judiciais	23	—	—	—
Arrendamentos	17	—	—	262.802
Outros passivos	23	—	—	887.618
				464.410
				536.281
Patrimônio líquido				
Capital social	26.a	6.370.396	2.340.065	6.370.396
(-) Capital a integralizar	—	5.526.232	1.765.924	5.526.232
(-) Ações em tesouraria	—	(225)	—	1.765.924
(-) Gastos com oferta pública de ações	26.b	(2.857)	(2.857)	(2.857)
Reservas:	26.c	(113.913)	(16.912)	(113.913)
Reserva de capital e opções outorgadas	—	961.559	961.559	961.559
Reservas de lucros	—	100.563	56.296	100.563
		860.596	537.614	860.596
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.911.784	2.815.376	13.148.040

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício				
Depreciação imobilizado	16	423.583	334.073	423.583
Amortização intangível	17	—	—	84.676
Depreciação direito de uso	18	—	—	111.261
Equivalência patrimonial	15.a	(513.143)	(418.849)	49.786
Atualização monetária depósitos judiciais	24	—	—	(10.118)
Ajuste a mercado sobre aplicações financeiras	8	—	—	(517)
Receitas com aplicações financeiras	8	(4.013)	(1.593)	(86.775)
(Receitas) Despesas com variação cambial	8	—	—	(657)
Imposto de renda e contribuição Social - correntes e diferidos	13	—	—	295.594
Variação provisões técnicas	22	—	—	961.559
Provisões para ações judiciais	24	—	—	83.326
Provisão (Reversão) com perda de recuperabilidade sobre créditos	9	—	—	(14.109)
Perda efetiva de recuperabilidade sobre créditos	9	—	—	81.354
Provisão de glosa esperada	9	—	—	9.509
Amortização despesas de comercialização diferidas	10	—	—	231.051
Ajuste a valor presente - parcela diferida - preço de aquisição	25	44.900	39.429	44.900
Ajuste a valor presente - combinação de negócios	30	—	—	(8.217)
Juros sobre depósitos e custo de captação	21	—	—	126.923
Juros sobre empréstimos e financiamentos	20	—	—	18.206
Juros sobre arrendamentos	17	—	—	38.622
Apropriação programa <i>stock options</i>	31	44.267	27.625	27.625
Baixa imobilizado / intangível	16 e 18	—	—	14.025
Outros	—	—	—	(166)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	—	—	—	(213.449)
Aumentos (Reduções) dos passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	9	—	—	(199.056)
Estoques	—	—	—	(2.281)
Créditos tributários e previdenciários	11	(1.177)	(155)	(6.297)
Despesas de comercialização diferidas	10	—	—	(45.012)
Impostos diferidos ativos	13	—	—	(334.561)
Depósitos judiciais e fiscais	14	(76.104)	—	(17.982)
Outros ativos	12	74.375	2.166	(204.955)
Aumentos (Reduções) dos passivos operacionais				
Fornecedores	—	(140)	825	(155.213)
Salários a pagar	19	12	21	(22.951)
Tributos e encargos sociais a recolher	19	46	(11.413)	78.208
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	22	—	—	273.945
Provisão para imposto de renda e contribuição social	—	—	—	(5.479)
Impostos diferidos passivos	13	—	—	41.183
Provisões para ações judiciais	24	—	—	(59.491)
Parcela diferida do preço de aquisição	25	148.693	52.231	961.559
Caixa líquido gerado (consumido)	25	(148.692)	(52.233)	(148.692)
nas atividades operacionais				
Aplicações financeiras	8	(7.393)	(27.873)	337.927
Resgates aplicações financeiras	8	(4.136.799)	(303.742)	(11.684.479)
Aquisição de imobilizado	16	—	—	11.890.850
Aquisição de intangível	18	—	—	(1.525.143)
Recebimento de dividendos	—	—	—	(185.437)
Aumento de capital - Controlada	15	(3.750.000)	(350.000)	(1.374)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento				
Parcela diferida do preço de aquisição	21	(3.442.503)	(608.582)	(1.505.583)
Amortização de depósitos judiciais	24	—	—	(75.612)
Amortização de depósitos judiciais	24	—	—	(470.000)
Integralização de capital	26	3.760.083	653.379	3.760.083
Gastos com oferta pública de ações	—	(97.001)	(16.912)	(97.001)
Captação de empréstimos e financiamentos	—	—	—	29.851
Captação de depósitos	21	—	—	1.682.720
Arrendamentos pagos - principal	26.d	(79.342)	—	(79.342)
Arrendamentos pagos - juros	17	—	—	(29.957)
Empréstimos e financiamentos pagos - principal	20	—	—	(38.622)
Empréstimos e financiamentos pagos - juros	20	—	—	(122.600)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.583.740	636.467	4.545.261
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		133.881	25	

O ano de 2019 foi repleto de resultados para o Grupo NotreDame Intermédica. Conseguimos aumentar o controle dos custos e qualidade da nossa rede através de um modelo de negócios verticalizado, diminuindo consideravelmente os efeitos da inflação médica.

Continuamos com um substancial crescimento por meio de múltiplas estratégias, com grandes investimentos em infraestrutura. E recebemos diversas e importantes creditações para nossa rede própria. Mas o resultado mais importante foi garantir aos nossos clientes acesso a uma rede de atendimento cada vez melhor, a um custo menor e com geração de valor para todos.

Saiba mais em GNDI.COM.BR



Ótimos resultados foram muitos e você consegue ver na sua empresa.



Notre Dame Intermédica Participações S.A. - CNPJ 19.853.511/0001-84

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES

O Grupo Notre Dame Intermédica adotou duas sistemáticas para a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social e Lucro Real, após o Lucro Líquido são realizados ajustes conforme legislação vigente para a determinação da Base de Cálculo do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos
 Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios, e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em Controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revereadas no futuro próximo;
- Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal);
- quando as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimento em Controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revereadas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor atavali dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22/IFRIC 23)

Em dezembro de 2018, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Deliberação nº 804/18, aprovou a ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, que equivale à IFRIC23. A interpretação adotada a partir de 1º de janeiro de 2019 é o mesmo que aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro.

A ICPC 22 não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. São abordados especificamente:

- se a Companhia e suas Controladas consideram tratamentos tributários incertos separadamente;
- as suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal) e bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas dos impostos;
- como a Companhia considera as mudanças nos fatos e nas circunstâncias.

A Administração avaliou os procedimentos adotados para cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, corrente e diferidos da Companhia e de suas Controladas e concluiu que é provável a aceitação pelas autoridades fiscais e, portanto, sem impacto na aplicação dessa interpretação contábil. Demonstrações e informações individuais e consolidadas.

a) Plano de pagamento baseado em ações
 A Companhia oferece a certos funcionários a opção de participar do plano de pagamento baseado em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgadas.

O plano de pagamento baseado em ações está classificado como instrumento patrimonial, detalhando na nota de arranjos de curto prazo o valor atribuído à permanência e à performance dos participantes.

Determinado pelo valor justo das opções outorgadas, estabelecido na data da outorga de cada plano, utilizando um modelo de precificação de opção, e é reconhecido como despesa durante o período de carência em contra partida da conta de "reserva de capital" no patrimônio líquido.

Os participantes do plano de pagamento baseado em ações se restringem aos executivos da Companhia e suas Controladas.

b) Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários
 A Companhia concede a certos executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios é mensurado pelo plano de benefícios definido e estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano, excluindo juros líquidos, são reconhecidos imediatamente no balanço patrimonial, com correspondente débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorrem. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

- a data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviços; e
- a data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do resultado.

Os participantes do plano de benefícios pós-emprego se restringem a certos executivos da Companhia e suas Controladas.

c) Arrendamentos
 A IFRS 16/ CPC 06 (R2) substitui as orientações existentes na IAS 17/ CPC 06 (R1) e as correspondentes interpretações e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamentos, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo:

- arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais e móveis de escritório) e;
- arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento ou resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

De acordo com a IAS 17/ CPC 06 (R1), todos os pagamentos de arrendamentos operacionais eram apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. Atualmente, de acordo com a IFRS 16/ CPC 06 (R2), os pagamentos de arrendamentos que são parte do escopo da IFRS 16/ CPC 06 (R2) são apresentados como fluxos de caixa de atividades de financiamento.

Consequentemente, as novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. A mudança na definição de um arrendamento se refere principalmente ao conceito de controle. A IFRS 16/ CPC 06 (R2) determina se um contrato contém um arrendamento com base no fato de o cliente ter o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para tal, a Administração da Companhia, com o auxílio de especialistas, efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando se há ou não, arrendamento de acordo com a IFRS 16/ CPC 06 (R2).

Além disso, a Administração identificou que o maior impacto produzido por essa norma foi relacionado ao reconhecimento no balanço patrimonial do direito de uso e passivos de arrendamento dos contratos de imóveis locados de terceiros, veículos e equipamentos, com prazos de vigência superiores a 12 meses enquadrados nos critérios estabelecidos pela norma.

A Companhia selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a reapresentação de períodos comparativos. A Companhia optou por não utilizar o método prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento na transição para a IFRS 16.

Não foi realizado o reconhecimento contábil daqueles contratos de itens de baixo valor e com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da aplicação inicial da nova norma.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- Utilização de uma única taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Nesse sentido, observe-se a taxa incremental de captação, mensurada em 1º de janeiro de 2019, aplicada a cada uma das carteiras de ativos arrendados. Por meio dessa metodologia, a Companhia separou os arrendamentos em 2 categorias: Edificações e Terrenos, com uma taxa média ponderada de CDI + 1% a.a. e, para as demais classes de ativo, a Companhia adotou uma taxa média de desconto de 80% da TJLP + 3,2% a.a., equivalente ao Finame.

- Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso.

- Utilização de percepção tardia para determinação do prazo do arrendamento, naqueles casos em que o contrato não contém um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos.

- O arrendatário pode optar, para cada classe de ativo subjacente, por não separar os componentes do arrendamento de quaisquer componentes de não arrendamento associados.

Em decorrência dos fatos acima, os impactos do reconhecimento dos ativos e passivos arrendados, na Companhia, na data inicial de adoção estão apresentados abaixo:

Balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019

	Consolidado		Consolidado	
	1º de janeiro de 2019 sem efeito da IFRS16	Efeito CPC06 (R2)/ IFRS16	1º de janeiro de 2019 com efeito da IFRS16	1º de janeiro de 2019 com efeito da IFRS16
Ativo				
Circulante	2.296.243	-	2.296.243	
Não circulante	3.459.623	441.771	3.901.394	
Direito de uso	-	441.771	441.771	
Total do ativo	5.755.866	441.771	6.197.637	
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	1.898.657	30.733	1.929.390	
Arrendamentos	-	30.733	30.733	
Não circulante	1.517.144	411.038	1.928.182	
Arrendamentos	-	411.038	411.038	
Patrimônio líquido	2.340.065	-	2.340.065	
Total do passivo e do patrimônio líquido	5.755.866	441.771	6.197.637	

Para o período findo em 31 de dezembro de 2019 o impacto da adoção da nova norma reconhecido diretamente no resultado está apresentado a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019 sem efeito da IFRS16	Efeito Reversão CPC06 (R1)/ IAS17	Efeito adoção CPC06 (R2)/ IFRS16	31 de dezembro de 2019 com efeito da IFRS16
Recceita operacional líquida	-	-	-	-
Custos dos serviços prestados	(6.114.193)	44.944	(6.104.467)	
Resultado bruto	2.298.246	44.944	(35.218)	2.307.972
Despesas administrativas	(952.927)	23.997	(14.568)	(943.528)
Outras receitas, liquadas	34.028	-	758	33.270
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	896.811	68.941	(49.028)	906.724
Despesas financeiras	(313.535)	-	(38.622)	(352.157)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	737.886	68.941	(87.650)	719.177
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(33.812)	(23.440)	29.601	(27.451)
Lucro líquido do período	435.931	45.501	(57.849)	423.583

Despesa de arrendamento operacional antes da adoção CPC 06 (R1)/IAS17

Despesa de depreciação de direito de uso após a adoção CPC 06 (R2)/IFRS16

Para o período findo em 31 de dezembro de 2019 o impacto da adoção da nova norma reconhecido diretamente no fluxo de caixa está apresentado a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019 sem efeito da IFRS16	Efeito Reversão CPC06 (R1)/ IAS17	Efeito Adoção CPC06 (R2)/ IFRS16	31 de dezembro de 2019 com efeito da IFRS16
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	435.931	45.501	(57.849)	423.583
Depreciação direto de uso	-	-	49.786	49.786
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	302.213	23.440	(30.059)	295.594
Juros sobre arrendamentos	-	-	38.622	38.622
Outros	196	(396)	(758)	(166)
(Aumento) reduções dos ativos operacionais	-	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	269.348	69.337	(758)	337.927
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.505.583)	-	-	(1.505.583)
Arrendamentos pagos - principal	-	(29.957)	(29.957)	
Arrendamentos pagos - juros	-	(38.622)	(38.622)	
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	4.613.840	-	(68.579)	4.545.261
Caixa e equivalente de caixa e equivalentes de caixa do exercício	3.377.605	69.337	(69.337)	3.377.605
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	136.834	-	-	136.834
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	3.514.439	-	-	3.514.439

Para o período findo em 31 de dezembro de 2019 o impacto da adoção da nova norma reconhecido diretamente no resultado está apresentado a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019 sem efeito da IFRS16	Efeito Reversão CPC06 (R1)/ IAS17	Efeito Adoção CPC06 (R2)/ IFRS16	31 de dezembro de 2019 com efeito da IFRS16
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	435.931	45.501	(57.849)	423.583
Depreciação direto de uso	-	-	49.786	49.786
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	302.213	23.440	(30.059)	295.594
Juros sobre arrendamentos	-	-	38.622	38.622
Outros	196	(396)	(758)	(166)
(Aumento) reduções dos ativos operacionais	-	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	269.348	69.337	(758)	337.927
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.505.583)	-	-	(1.505.583)
Arrendamentos pagos - principal	-	(29.957)	(29.957)	
Arrendamentos pagos - juros	-	(38.622)	(38.622)	
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	4.613.840	-	(68.579)	4.545.261
Caixa e equivalente de caixa do exercício	3.377.605	69.337	(69.337)	3.377.605
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	136.834	-	-	136.834
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	3.514.439	-	-	3.514.439

Para o período findo em 31 de dezembro de 2019 o impacto da adoção da nova norma reconhecido diretamente no resultado está apresentado a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019 sem efeito da IFRS16	Efeito Reversão CPC06 (R1)/ IAS17	Efeito Adoção CPC06 (R2)/ IFRS16	31 de dezembro de 2019 com efeito da IFRS16
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	435.931	45.501	(57.849)	423.583
Depreciação direto de uso	-	-	49.786	49.786
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	302.213	23.440	(30.059)	295.594
Juros sobre arrendamentos	-	-	38.622	38.622
Outros	196	(396)	(758)	(166)
(Aumento) reduções dos ativos operacionais	-	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	269.348	69.337	(758)	337.927
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.505.583)	-	-	(1.505.583)
Arrendamentos pagos - principal	-	(29.957)	(29.957)	
Arrendamentos pagos - juros	-	(38.622)	(38.622)	
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	4.613.840	-	(68.579)	4.545.261
Caixa e equivalente de caixa do exercício	3.377.605	69.337	(69.337)	3.377.605
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	136.834	-	-	136.834
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	3.514.439	-	-	3.514.439

Para o período findo em 31 de dezembro de 2019 o impacto da adoção da nova norma reconhecido diretamente no resultado está apresentado a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019 sem efeito da IFRS16	Efeito Reversão CPC06 (R1)/ IAS17	Efeito Adoção CPC06 (R2)/ IFRS16	31 de dezembro de 2019 com efeito da IFRS16
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	435.931	45.501	(57.849)	423.583
Depreciação direto de uso	-	-	49.786	49.786
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	302.213	23.440	(30.059)	295.594
Juros sobre arrendamentos	-	-	38.622	38.622
Outros	196	(396)	(758)	(166)
(Aumento) reduções dos ativos operacionais	-	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	269.348	69.337	(758)	337.927
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.505.583)	-	-	(1.505.583)
Arrendamentos pagos - principal	-	(29.957)	(29.957)	
Arrendamentos pagos - juros	-	(38.622)	(38.622)	
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	4.613.840	-	(68.579)	4.545.261
Caixa e equivalente de caixa do exercício	3.377.605	69.337	(69.337)	3.377.605
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	136.834	-	-	136.834
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	3.514.439	-	-	3.514.439

Para o período findo em 31 de dezembro de 2019 o impacto da adoção da nova norma reconhecido diretamente no resultado está apresentado a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019 sem efeito da IFRS16	Efeito Reversão CPC06 (R1)/ IAS17	Efeito Adoção CPC06 (R2)/ IFRS16	31 de dezembro de 2019 com efeito da IFRS16
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	435.931	45.501	(57.849)	423.583
Depreciação direto de uso	-	-	49.786	49.786
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	302.213	23.440	(30.059)	295.594
Juros sobre arrendamentos	-	-	38.622	38.622
Outros	196	(396)	(758)	(166)
(Aumento) reduções dos ativos operacionais	-	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	269.348	69.337	(758)	337.927
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.505.583)	-	-	(1.505.583)
Arrendamentos pagos - principal	-	(29.957		

Nossos resultados foram muitos e você consegue ver na sua empresa.



O ano de 2019 foi repleto de resultados para o Grupo Notre Dame Intermédica. Conseguimos aumentar o controle dos custos e qualidade da nossa rede através de um modelo de negócios verticalizado, diminuindo consideravelmente os efeitos da inflação médica.

Continuamos com um substancial crescimento por meio de múltiplas estratégias, com grandes investimentos em infraestrutura. E recebemos diversas e importantes creditações para nossa rede própria. Mas o resultado mais importante foi garantir aos nossos clientes acesso a uma rede de atendimento cada vez melhor, a um custo menor e com geração de valor para todos.

Saiba mais em GNDI.COM.BR



ANS nº 359017

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis na aquisição da Belo Dente Odontologia (combinação de negócios), mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

Método de avaliação	Belo Dente Odontologia
Método de renda	46.280
Valor de mercado	42.709
Valor justo	26.709

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia, foram alocados da seguinte forma:

Intangível	Valor alocado	Vida útil
Carteira de clientes	46.280	3 a 11 anos
Agio não alocado	22.709	Indefinida
Total intangível	68.989	

Conforme disposto no contrato de compra e venda ficou definido que todos os passivos referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, esses valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

O Belo Dente foi consolidada a partir de 1º de julho de 2019. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de julho de 2019 inclui o valor de receitas gerado pelo Grupo, que foi de R\$ 28.763. A Belo Dente também contribuiu com um lucro de R\$ 2.533 no mesmo período.

Se a Belo Dente tivesse sido consolidada a partir de 1º de janeiro de 2019, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R\$ 55.785 e lucro líquido proforma de R\$ 4.790. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores da Empresa adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

5.5. Aquisição Grupo Ghelfond

Em 28 de novembro de 2019 o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição e assumiu o controle do Grupo Ghelfond, composto pelas Empresas Ghelfond Participações S.A., Dr. Ghelfond Diagnóstico Médico Ltda., Ultra Diagnóstico Ltda, Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda., Ecoimagem Diagnóstica por Ultra Som Ltda., Medix Diagnóstico Ltda., CAM Associados Serviços Médicos Ltda., Slim Bem Estar e Saúde Clínica Médica Ltda, localizado na região da Grande São Paulo, no estado de São Paulo.

O valor de aquisição foi de R\$ 158.552, conforme contrato assinado em 28 de novembro de 2019, e foi paga uma parcela à vista de R\$ 145.552, permanecendo uma parcela retida no montante de R\$ 10.000, e uma parcela intermediária no montante de R\$ 3.000 a ser liquidada após o fechamento de caixa líquido, amortizado anualmente, no prazo de 6 anos da data de fechamento, conforme determinado em cláusula contratual.

Parcela à vista	145.552
Parcela retida ¹	10.000
Parcela intermediária	3.000
Total contraprestação	158.552
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	(1.061)
Contraprestação líquida	157.471

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Ghelfond.

Em 11 de novembro de 2019 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou, por meio do ato de concentração nº 08700.004550/2019-31, a aquisição do Grupo Ghelfond.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo Ghelfond e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Grupo Ghelfond	
Ativo	12.794
Circulante	2.518
Caixa e equivalentes de caixa	171
Aplicações financeiras	9.980
Contas a receber de clientes	125
Outros ativos circulante	104.380
Não circulante	4.966
Impostos diferidos ativo	1.177
Depósitos judiciais	64.931
Imobilizado ²	13.244
Direitos de uso	20.066
Intangível	117.174
Passivo e patrimônio líquido	36.023
Circulante	6.359
Fornecedores	6.928
Salários a pagar	3.851
Tributos e encargos sociais a recolher	13.892
Empréstimos e financiamentos a pagar	2.492
Arrendamentos	2.501
Outros passivos circulante	77.845
Não circulante	9.418
Tributos e encargos sociais a recolher	36.510
Empréstimos e financiamentos a pagar	2.090
Provisões para ações judiciais	10.752
Arrendamentos	19.075
Outros passivos não circulante	113.868
Total do passivo	3.306
Total do ativo/passivo adquirido	154.165
Agio gerado na transação	157.471
Total contraprestação líquida	157.471

¹ Parcela retida - o contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos após a data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada parcialmente. O valor será atualizado pela variação de 105% do CDI. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalentes no mercado face as condições econômicas do Grupo.

² Imobilizado - o ativo imobilizado adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R\$ 43.227, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais valia de R\$ 21.704. O valor justo do imobilizado na data de aquisição foi de R\$ 64.931.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis na aquisição do Grupo Ghelfond (combinação de negócios), mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

Método de avaliação	Grupo Ghelfond
Método de renda	64.931
Valor de mercado	154.165
Valor justo	154.165

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia, foram alocados da seguinte forma:

Intangível	Valor alocado	Vida útil
Carteira de clientes	154.165	Indefinida
Agio não alocado	154.165	Indefinida

Conforme disposto no contrato de compra e venda ficou definido que todos os passivos referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, esses valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

O Grupo Ghelfond foi consolidado a partir de 1º de novembro de 2019. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de novembro de 2019 inclui o valor de receitas gerado pelo Grupo, que foi de R\$ 19.652. O Grupo Ghelfond também contribuiu com um lucro de R\$ 8.339 no mesmo período.

Se a Grupo Ghelfond tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2019, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R\$ 137.265 e lucro líquido proforma de R\$ (2.706). Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das Empresas adquiridas e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

5.6. Aquisição Grupo SMEDSJ

Em 18 de novembro de 2019 o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição e assumiu o controle do Grupo SMEDSJ, composto pelas Empresas SMEDSJ - Serviços Médicos São José Ltda e Nanô & Cia Ltda, localizada na cidade de São Gonçalo, no estado de Rio de Janeiro.

O valor de aquisição foi de R\$ 113.455, conforme contrato assinado em 18 de novembro de 2019, e foi paga uma parcela à vista de R\$ 88.455, permanecendo uma parcela retida no montante de R\$ 25.000, amortizado anualmente, no prazo de 6 anos da data de fechamento, conforme determinado em cláusula contratual.

Parcela à vista	88.455
Parcela retida ¹	25.000
Total contraprestação	113.455
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	(3.612)
Contraprestação líquida	109.843

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo SMEDSJ.

Em 3 de outubro de 2019 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou, por meio do ato de concentração nº 08700.004631/2019-31, a aquisição do Grupo SMEDSJ.

Em 11 de novembro de 2019 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou, por meio do ofício nº 122/2019/ASSNT - DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, a aquisição do Grupo SMEDSJ.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo São José e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Grupo São José	
Ativo	21.881
Circulante	2.370
Caixa e equivalentes de caixa	17.083
Aplicações financeiras	1.661
Contas a receber de clientes	568
Estoques	51
Creditos tributários e previdenciários	148
Outros ativos circulante	22.390
Não circulante	3.796
Impostos diferidos ativo	653
Depósitos judiciais	5.317
Outros ativos não circulante	3.666
Imobilizado ²	8.958
Intangível	44.271
Total do ativo	17.217
Passivo e patrimônio líquido	12.256
Circulante	4.791
Fornecedores	1.698
Salários a pagar	12
Tributos e encargos sociais a recolher	8.364
Empréstimos e financiamentos a pagar	72
Arrendamentos	24
Outros passivos circulante	10.978
Não circulante	10.491
Tributos e encargos sociais a recolher	212
Provisões para ações judiciais	266
Arrendamentos	28.195
Outros passivos não circulante	16.076
Total do passivo	93.767
Agio gerado na transação	109.843
Total Contraprestação líquida	109.843

¹ Parcela retida - o contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos após a data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada parcialmente. O valor será atualizado pela variação de 100% do CDI. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalentes no mercado face as condições econômicas do Grupo.

² Imobilizado - o ativo imobilizado adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R\$ 2.836, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais valia de R\$ 830. O valor justo do imobilizado na data de aquisição foi de R\$ 3.666.

Intangível - o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais valia da carteira no montante de R\$ 8.958.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis na aquisição do Grupo SMEDSJ (combinação de negócios), mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

Método de avaliação	Grupo São José
Método de renda	8.958
Valor de mercado	3.666
Valor justo	93.767

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia, foram alocados da seguinte forma:

Intangível	Valor alocado	Vida útil
Carteira de clientes	8.958	3 a 16 anos
Agio não alocado	8.958	Indefinida
Total intangível	102.725	

Conforme disposto no contrato de compra e venda ficou definido que todos os passivos referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, esses valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

O Grupo SMEDSJ foi consolidado a partir de 1º de novembro de 2019. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de novembro de 2019 inclui o valor de receitas gerado pelo Grupo, que foi de R\$ 18.757. O Grupo SMEDSJ também contribuiu com um lucro de R\$ 1.716 no mesmo período.

Se a Grupo SMEDSJ tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2019, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R\$ 70.360 e lucro líquido proforma de R\$ 5.247. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das Empresas adquiridas e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

6. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia detém o controle sobre empresas que operam exclusivamente com planos de saúde, de redes próprias (hospitais e pronto atendimento) e odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia e suas Controladas estão expostas aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber de clientes) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia e suas Controladas monitoram permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com as deliberações do CPC 011 - Redução ao valor recuperável e do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A Companhia e suas Controladas procuram priorizar as aplicações diretamente em títulos públicos ou aplicações de baixo risco em bancos de primeira linha, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pela RN 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

b. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Companhia e de suas Controladas, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia e suas Controladas procuram mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e pela manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos.

Para isso, a Companhia e suas Controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

b.1 Gerenciamento do risco de liquidez

Liquidez	Aplicações financeiras
Imediata	Aplicações de liquidez imediata
De 31 a 120 dias	Certificado de depósitos bancários - CDB - pós, debêntures compromissadas, fundos de renda fixa abertos e outros
De 31 a 120 dias	Letras financeiras do Tesouro - LFT
De 31 a 120 dias	Letras financeiras - LF
De 121 a 240 dias	Certificado de depósitos bancários - CDB - pós, debêntures compromissadas, fundos de renda fixa abertos e outros
De 121 a 240 dias	Letras financeiras - LF
De 121 a 240 dias	Letras financeiras do Tesouro - LFT
De 241 a 360 dias	Certificado de depósitos bancários - CDB - pós, debêntures compromissadas, fundos de renda fixa abertos e outros
De 241 a 360 dias	Letras financeiras - LF
Acima de 361 dias	Certificado de depósitos bancários - CDB - pós, debêntures compromissadas, fundos de renda fixa abertos e outros
Acima de 361 dias	Letras Tesouro Nacional - LTN
Acima de 361 dias	Letras financeiras do Tesouro - LFT
Acima de 361 dias	Letras financeiras - LF

Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pela RN 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, as Controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Mediplan Assistência Ltda, Belo Dente Odontologia Ltda, e SMEDSJ - Serviços Médicos São José Ltda., mantêm aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das reservas técnicas no montante de R\$ 678.595 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 560.743 em 31 de dezembro de 2018).

b.2 Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Assets and Liabilities Management*). Essa metodologia consiste em um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com certo nível de risco.

c. Risco cambial

Aplicações Financeiras

A exposição da Companhia e de suas Controladas ao risco de variação nas taxas de câmbio afeta principalmente as aplicações financeiras em fundo cambial. A variação no câmbio pode afetar ainda o resultado financeiro da Companhia e de suas Controladas em função da variação da moeda estrangeira na qual a aplicação se baseia. A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde tem exposição ao risco de variação cambial em aplicações financeiras, porém essa exposição não gera impacto relevante no resultado da Controladora e no consolidado da Companhia, uma vez que o montante registrado na rubrica de fundos cambiais é de R\$ 1.075 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.114 em 31 de dezembro de 2018).

d. Risco de seguro

O modelo de negócio das Controladas da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que no segmento odontológico o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Companhia e suas Controladas também analisam o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos a Companhia e suas Controladas monitoram a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação à sua rentabilidade.

e. Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e captação de debêntures.

A Companhia e suas Controladas adotam a política de aplicação em títulos pós-fixados para a maior parte das aplicações.

A ANS por meio da RN 419/16 em consonância com a Resolução do CMN n. 4.444 de 13 de novembro de 2015, estabeleceu nas operadoras de saúde a diversificação de suas aplicações para ativos dados em garantia de reservas técnicas e, diante dessa requisição, as Operadoras da Companhia têm efetuado aplicação em títulos públicos pré e pós-fixados.

O portfólio financeiro da Companhia e de suas Controladas está, em sua quase totalidade, exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico - Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o restante indexado à taxa SELIC.

A Companhia e suas Controladas no período não contrataram nenhuma operação de contratos indexados a outras moedas/taxas, exceto pelos itens mencionados nas notas explicativas nº 6.c e nº 6.e. (análise de sensibilidade).

A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 8.

As Controladas Diretas e Indiretas da Companhia, possuem captação em empréstimos e financiamentos e debêntures, ficando expostas à variação da taxa CDI + spread. A composição dos empréstimos e financiamentos e das debêntures está sendo apresentada nas notas explicativas nº 20 e 21, respectivamente.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade, a Companhia e suas Controladas adotaram taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das referidas Informações Financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas. Na projeção do cenário provável, para os cenários 1 e 2 as taxas foram acrescidas e diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra a simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2019:

Indexador	Risco	% - a.a. ¹	R\$	Provável	Controladora								
					Taxa	-25%	Redução dos juros	Taxa	25%	Aumento de juros	50%		
Outros Passivos													
Obrigações contratuais	CDI	Alta CDI	4,59%	(320.468)	(14.709)	3,44%	(11.024)	2,30%	(7.371)	5,74%	(18.395)	6,89%	(22.080)
					(14.709)		(11.024)		(7.371)		(18.395)		(22.080)
													(22.080)
													(22.080)

Indexador	Risco	% - a.a. ¹	R\$	Provável	Consolidado						
					Taxa	-25%	Redução dos juros	Taxa	25%	Aumento de juros	50%
Aplicações financeiras											

Nossos resultados foram muitos e você consegue ver na sua empresa.



O ano de 2019 foi repleto de resultados para o Grupo Notre Dame Intermédica. Conseguimos aumentar o controle dos custos e qualidade da nossa rede através de um modelo de negócios verticalizado, diminuindo consideravelmente os efeitos da inflação médica.

Continuamos com um substancial crescimento por meio de múltiplas estratégias, com grandes investimentos em infraestrutura. E recebemos diversas e importantes creditações para nossa rede própria. Mas o resultado mais importante foi garantir aos nossos clientes acesso a uma rede de atendimento cada vez melhor, a um custo menor e com geração de valor para todos.

Saiba mais em GNDI.COM.BR



ANS Nº 3591/17

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES

As aplicações financeiras vinculadas são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de contas a receber de clientes se refere às operações com plano de saúde e de serviços relacionados à assistência à saúde, gerados pelas operações de suas Controladas.

Contas a receber de clientes referentes a:

	2019	2018
Planos de assistência à saúde	221.367	178.671
Assistência à saúde não relacionadas com planos de assistência à saúde	271.402	153.651
492.769	332.322	

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a composição das contas a receber de clientes era:

	2019	2018
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	258.171	212.087
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(36.804)	(33.416)
221.367	178.671	

Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora

	2019	2018
Operadora	279.562	168.224
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(8.160)	(14.573)
271.402	153.651	

Contas a receber de clientes

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	2019	2018
A vencer:		
De 1 a 30 dias	97.380	91.991
Acima de 30 dias	18.500	18.499
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	55.565	54.028
De 31 a 90 dias	63.418	56.849
Acima de 90 dias	23.308	23.308
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	258.171	212.087

	2019	2018
A vencer:		
De 1 a 30 dias	100.826	100.631
Acima de 30 dias	16.071	12.571
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	41.190	40.253
De 31 a 90 dias	32.301	25.216
Acima de 90 dias	21.639	21.639
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	212.087	178.671

	2019	2018
A vencer:		
De 1 a 30 dias	39.738	37.675
Acima de 30 dias	84.656	10
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	35.492	35.475
De 31 a 90 dias	113.810	113.810
Acima de 90 dias	5.866	5.866
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	279.562	271.402

	2019	2018
A vencer:		
De 1 a 30 dias	31.329	31.051
Acima de 30 dias	28.703	28.697
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	11.413	11.335
De 31 a 90 dias	62.515	58.114
Acima de 90 dias	34.264	24.454
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	168.224	153.651

Movimentação das contas a receber de clientes:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	178.671	141.962
Saldo adquirido	21.473	14.233
Contraprestações líquidas	7.741.757	5.659.579
Recebimentos	(7.656.031)	(5.584.356)
Reversão (Constituição) de perda de recuperabilidade sobre créditos	(16.010)	(3.770)
(-) Perda efetiva com créditos	(80.513)	(43.013)
Saldo no final do exercício	221.367	178.671

Movimentação das contas a receber de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	153.651	124.449
Saldo adquirido	16.672	17.766
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora	670.912	623.156
Co-participação	141.622	124.647
Recebimentos	(699.204)	(722.798)
(-) Eleito CPC47/FRS15 - adoção inicial	(9.509)	(8.674)
Reversão (Constituição) de perda de recuperabilidade sobre créditos	(1.901)	10.919
(-) Perda efetiva com créditos	(841)	(4.598)
Saldo no final do exercício	271.402	153.651

O montante R\$ 544 relacionado com plano de saúde e R\$ 2.571 não relacionado com plano de saúde, se refere a reversão de fatura da empresa incorporada SAMC/IBRAGE na rubrica "outras receitas líquidas".

10. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou com a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta "Despesas de comercialização diferidas" no ativo circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	256.310	222.845
Saldo adquirido	5.013	2.945
Constituições	334.561	179.182
(-) Amortização	(231.051)	(145.717)
Saldo no final do exercício	364.833	256.310

Ativo circulante

186.085	143.583
178.748	112.727

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	121.029	61.841
Imposto de renda	59.116	30.000
Contribuição social sobre o lucro	12.241	8.302
Imposto de renda retido na fonte	23.860	17.957
Crédito de previdência social	17.740	1.049
Créditos de PIS e COFINS	7.288	4.051
Crédito de ISS	784	482
Créditos tributários e previdenciários	121.029	61.841

12. OUTROS ATIVOS

	2019	2018
Saldo no início do exercício	256.310	222.845
Saldo adquirido	5.013	2.945
Constituições	334.561	179.182
(-) Amortização	(231.051)	(145.717)
Saldo no final do exercício	364.833	256.310
Ativo circulante	186.085	143.583
Ativo não circulante	178.748	112.727

(a) Refere-se a depósitos judiciais relativos ao Imposto sobre Serviços (ISS). O valor depositado é relacionado à provisão demonstrada na nota explicativa nº 19. Em virtude de o depósito ser realizado na data de vencimento do tributo, ou seja, no mês subsequente ao da provisão, há um descasamento entre o depósito judicial e a provisão.

(b) Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avanços, ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato serão de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, esses valores serão reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

(c) Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avanços, foi firmado entre os antigos sócios do Grupo Green Line e o Grupo Notre Dame Intermédica que determinadas circunstâncias são passíveis de indenizar caso eventuais obrigações que venham ocorrer.

(d) A contrapartida foi reconhecida no passivo na linha de provisões para ações judiciais conforme nota explicativa nº 24.

(e) A Companhia efetuou pagamentos de serviços de dados com vigência de 12 meses, que serão apropriados ao resultado ao decorrer de sua competência.

(f) O saldo de contas a receber com partes relacionadas é composto como segue:

(g) Em 27 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou, por meio de Reunião do Conselho de Administração, a emissão de ações para seus executivos mediante a emissão de 28.502.586 ações ordinárias no montante de R\$ 75.810 para aumento de capital, outorgando direito aos seus executivos adquirirem ações da Companhia.

13. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2019	2018
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:		
Provisões para ações judiciais (Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas)	173.789	81.914
Perda de recuperabilidade sobre créditos	34.493	24.402
Provisão de eventos do SUS	78.694	43.005
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial arrendamentos CPC 6 (R2)/IFRS16, líquido	6.587	-
Crédito fiscal sobre diferença de base do ágio apurado na aquisição	3.945	47.056
Amortização do intangível para fins fiscais	(2.175)	3.658
Outras adições	14.904	15.323
Ativo fiscal diferido	312.412	215.358

Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:

Depreciações e amortizações	(7.752)	(6.869)
Amortização do intangível para fins fiscais - BCBH	(104.315)	(126.257)
Correção monetária de depósito judicial	(27.358)	(25.431)
Atividade de depósito ser realizado na data de vencimento	(2.175)	(2.210)
Passivo fiscal diferido sobre ágio apurado na aquisição de empresa	(41.485)	-
Passivo fiscal diferido sobre ágio apurado na incorporação	(65.871)	(35.290)
Outros	(13.846)	(10.685)
Provisão para tributos diferidos	(262.802)	(206.742)
Total do imposto diferido líquido (ativo e passivo)	49.610	8.616

O imposto de renda diferido ativo prevê a seguinte realização:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	31.096	30.358
Adição inicial 1º de janeiro de 2019	386.833	2.972
Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019	48.728	3.238
Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019	12.140	1.041
Atualizações contratuais	29.761	559
Adições novos contratos	76.332	10.130
Baixas	(43.206)	(43.206)
Depreciação	(47.385)	(2.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	463.203	15.543

Os arrendamentos contratados pela Companhia são apresentados abaixo:

	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2018	389.805	389.805
Adoção inicial 1º de janeiro de 2019	51.966	13.244
Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019	38.222	3.238
Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019	12.140	1.041
Atualizações contratuais	29.761	559
Adições novos contratos	76.332	10.130
(-) Baixas	(43.964)	(43.964)
Juros	38.622	38.622
(-) Pagamento de principal	(29.957)	(29.957)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	497.876	497.876

Saldo em 31 de dezembro de 2018

Adoção inicial 1º de janeiro de 2019

Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019

Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019

Atualizações contratuais

Adições novos contratos

(-) Baixas

Juros

(-) Pagamento de principal

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Adoção inicial 1º de janeiro de 2019

Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019

Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019

Atualizações contratuais

Adições novos contratos

(-) Baixas

Juros

(-) Pagamento de principal

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Adoção inicial 1º de janeiro de 2019

Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019

Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019

Atualizações contratuais

Adições novos contratos

(-) Baixas

Juros

(-) Pagamento de principal

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Adoção inicial 1º de janeiro de 2019

Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019

Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019

Atualizações contratuais

Adições novos contratos

(-) Baixas

Juros

(-) Pagamento de principal

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Adoção inicial 1º de janeiro de 2019

Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019

Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019

Atualizações contratuais

Adições novos contratos

(-) Baixas

Juros

(-) Pagamento de principal

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Adoção inicial 1º de janeiro de 2019

Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019

Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019

Atualizações contratuais

Adições novos contratos

(-) Baixas

Juros

(-) Pagamento de principal

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Adoção inicial 1º de janeiro de 2019

Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019

Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019

Atualizações contratuais

Adições novos contratos

(-) Baixas

Juros

(-) Pagamento de principal

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Adoção inicial 1º de janeiro de 2019

Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019

Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019

Atualizações contratuais

Adições novos contratos

(-) Baixas

Juros

(-) Pagamento de principal

Saldo em 31

Nossos resultados foram muitos e você consegue ver na sua empresa.



O ano de 2019 foi repleto de resultados para o Grupo Notre Dame Intermédica. Conseguimos aumentar o controle dos custos e qualidade da nossa rede através de um modelo de negócios verticalizado, diminuindo consideravelmente os efeitos da inflação médica.

Continuamos com um substancial crescimento por meio de múltiplas estratégias, com grandes investimentos em infraestrutura. E recebemos diversas e importantes creditações para nossa rede própria. Mas o resultado mais importante foi garantir aos nossos clientes acesso a uma rede de atendimento cada vez melhor, a um custo menor e com geração de valor para todos.

Saiba mais em GNDI.COM.BR



ANS Nº 359017

Notre Dame Intermédica Participações S.A. - CNPJ 19.853.511/0001-84

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia entende que os empréstimos e financiamentos estão registrados próximos ao seu valor justo, classificado como nível 2. Apresentamos a movimentação em 31 de dezembro de 2019:

Saldo no início/final do exercício	
Saldo adquirido	641.595
Captação	65.206
Pagamento principal	(29.851)
Juros pagos	(122.600)
Ajuste valor presente	(14.257)
Juros	191
Saldo no final do exercício	255.842

21. DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo no balanço patrimonial é como segue:

Companhia	Título	Modalidade	Unidade Emitidas	Emissão	Vencimento	Encargos Médio	Captação	
							2019	2018
BCBF PARTICIPAÇÕES S.A.	BCBF12	2ª emissão	300.000	23/02/2018	23/02/2021	CDI + 2,25% a.a.	300.000	184.182
BCBF PARTICIPAÇÕES S.A.	BCBF13	3ª emissão	900	10/01/2019	10/01/2023	CDI + 1,75% a.a.	900.000	291.509
NOTREDAME INTERMEDICA - IND	NDM13	3ª emissão	800.000	01/08/2019	01/08/2024	100% Taxa DI + 1,8% a.a.	800.000	816.406
NOTREDAME INTERMEDICA - IND	NOTR12	2ª emissão	350.000	15/12/2017	15/12/2019	108,5% do CDI	350.000	350.286
							1.922.097	658.068
							169.560	478.645
							1.752.537	179.423

Circulante

Não Circulante

a) Terceira emissão pública da Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Controlada da BCBF) captou, em 1º de agosto de 2019, o montante de R\$ 800.000, por meio de emissão de 800 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de refinanciamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço do capital de giro.

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga em 3 parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento no 3º ano contado da data de emissão, em que o primeiro pagamento será em 1º de agosto de 2022 e o último em 1º de agosto de 2024. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 1,60% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

b) Terceira emissão pública da BCBF Participações S.A.

A BCBF Participações S.A. (Controlada Direta da Companhia) captou, em 10 de janeiro de 2019, o montante de R\$ 900.000, por meio de emissão de 900 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de refinanciamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro.

O prazo total da emissão é de 4 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga em 4 parcelas, sendo o primeiro pagamento no 30º (trigésimo) mês contado da data de emissão, em que o primeiro pagamento será em 10 de julho de 2021 e o último em 10 de janeiro de 2023. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 1,75% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

c) Segunda emissão pública da BCBF Participações S.A.

A BCBF Participações S.A. (Controlada Direta da Companhia) captou, em 23 de fevereiro de 2018, o montante de R\$ 300.000, por meio de emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1, com esforços restritos de colocação, com o objetivo de refinanciamento do endividamento da Companhia.

O prazo total da emissão é de 3 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga semestralmente, em que a primeira parcela foi paga 23 de agosto de 2018 e a última em 23 de fevereiro de 2021. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 1,25% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

A movimentação das debêntures pode ser assim demonstrada:

Saldo em 31/12/2018	BCBF	Intermédica	Consolidado
307.782	307.782	350.286	658.068
Captação por emissão de debêntures	900.000	800.000	1.700.000
Custos de captação	(12.853)	(4.427)	(17.280)
Juros creditados	80.191	42.184	122.375
Apropriação do custos	3.625	923	4.548
Pagamento principal	(120.000)	(350.000)	(470.000)
Juros pagos	(53.054)	(22.560)	(75.614)
Saldo em 31/12/2019	1.105.691	816.406	1.922.097

A amortização do saldo das debêntures ocorrerá conforme cronograma abaixo:

Ano	Circulante		Não Circulante		31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
12 meses	169.560	169.560	478.645	478.645	1.752.537	1.752.537
13 a 24 meses	-	-	281.767	281.767	119.505	119.505
25 a 36 meses	-	-	713.512	713.512	59.918	59.918
37 a 48 meses	-	-	490.933	490.933	-	-
49 a 60 meses	-	-	266.325	266.325	-	-
	169.560	169.560	1.752.537	1.752.537	1.922.097	1.922.097

A Companhia entende que as debêntures estão registradas próximas de seu valor justo e classificadas como nível 2.

Cláusulas Restritivas (Covenants)

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e a BCBF Participações S.A. possuem cláusulas restritivas que podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se as Companhias não cumprirem com essas cláusulas restritivas.

Os índices e montantes mínimos e máximos requeridos por essas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2019 seguem:

3ª emissão Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

A relação entre dívida líquida e o EBITDA ajustado da Companhia, precisa ser igual ou inferior a 2,5 (dois e meio), durante a vigência de contrato e atualizado conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com "covenants".

2ª emissão BCBF Participações S.A.

A relação entre dívida líquida e o EBITDA ajustado da Companhia, precisa ser igual ou inferior a 3,0 (três), durante a vigência de contrato e atualizado conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com "covenants".

3ª emissão BCBF Participações S.A.

A relação entre dívida líquida e o EBITDA ajustado da Companhia, precisa ser igual ou inferior a 3,0 (três), durante a vigência de contrato e atualizado conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com "covenants".

Garantias

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e sua Controladora BCBF (solidária) possuem recursos aplicados suficientes para honrar com o cumprimento do contrato.

Como garantia real, o Fianador Original concede fiança em favor dos devedores conforme termos do contrato de emissão de debêntures.

Resgate antecipado

As emissões do Grupo Notre Dame Intermédica poderão ser resgatadas antecipadamente a critério da Companhia, a partir da data vinculada no contrato de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos devedores.

22. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Referência	Consolidado	
	2019	2018
a. Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS	510.486	164.755
b. Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	380.855	330.524
c. Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	108.309	234.581
d. Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG)	1.127	896
e. Provisão para remissão	1.288.241	799.508
	945.405	692.571
	342.836	106.937

Circulante

Não circulante

a) Provisão de eventos/sinistros a liquidar para o SUS

Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê, em seu art. 32, o ressarcimento ao SUS pelos serviços de atendimento à saúde prestados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde aos beneficiários de planos de saúde privados. As controladas da Companhia contestam as cobranças na esfera administrativa e judicial em razão de inúmeras irregularidades que impossibilitam a sua efetividade, dentre elas a falta de regulamentação sobre temas infraconstitucionais. Para tais demandas judiciais, a Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. efetua depósitos judiciais para garantir o suposto débito, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

Saldo no início do exercício	Consolidado	
	2019	2018
Saldo adquirido	164.755	112.564
Aviamentos recebidos do SUS	75.019	9.610
Cobrança Eletiva de Eventos SUS	56.535	16.933
Atualização monetária	199.335	26.125
(-) Pagamentos efetuados	(25.662)	(2.662)
Saldo no final do exercício	10.820	(3.141)
Saldo no início do exercício	510.486	164.755

b) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

Saldo no início do exercício	Consolidado	
	2019	2018
Saldo adquirido	330.524	343.971
Aviamentos recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	48.029	36.426
Gastos com rede própria classificada em eventos	(6.080.278)	(3.990.884)
Pagamentos efetuados para rede credenciada	(1.738.896)	(993.821)
Variação das provisões no período	(4.339.080)	(3.046.936)
Saldo no final do exercício	380.855	330.524

c) Variações das provisões técnicas:

Saldo em 31 de Dezembro de 2018	PEONA (I)		PPCNG (II)		Remissão (III)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Saldo adquirido Green Line	28.206	32.692	-	-	-	-
Saldo adquirido Mediplan	2.651	3.188	-	-	-	-
Saldo adquirido Belo Dente	1.547	15	-	-	-	-
Saldo adquirido São José	401	2.731	-	-	-	-
Variação das provisões no período	20.073	93	231	231	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	287.464	108.309	-	-	1.127	-

(i) - Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA, classificada no passivo circulante, é apurado por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que não tenham sido notificados às Operadoras.

(ii) - Provisão de prêmios e contraprestações não ganha - PPCNG, classificadas no passivo circulante, consiste em receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.

(iii) - Provisão para remissão - REMISSÃO, Classificada no passivo circulante e não circulante, consiste em provisões para fazer face a isenção de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

23. OUTROS PASSIVOS

Obrigações contratuais (a)	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Depósito de terceiros	320.468	-	29.153	7.440
Recebimento antecipado cliente	-	-	27.355	1.826
Débitos diversos	-	-	15.969	8.693
Adiantamento parceria banco	-	-	8.902	4.744
Aluguéis a pagar	-	-	3.000	3.000
Taxa de Saúde Suplementar (b)	-	-	2.418	1.550
Débitos de operações de assistência à saúde e não relacionados com planos	-	-	10.219	-
Total circulante	320.468	-	31.999	22.911
Obrigações contratuais (a)	-	-	129.015	50.164
Provisões para plano de benefícios com empregados	-	-	454.779	197.022
Adiantamento parceria banco	-	-	2.757	2.757
Taxa de Saúde Suplementar (b)	-	-	6.250	9.250
Outros	-	-	53.974	-
Total não circulante	-	-	18.470	958
	-	-	171.776	536.281
	320.468	171.776	665.296	260.151

(a) Obrigações contratuais refere-se a obrigações contratuais nas aquisições de empresas, líquido do ajuste a valor presente, e transações com partes relacionadas com suas Controladas, como demonstrado abaixo:

Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Notre Dame Intermédica	23/05/2020	-	-	-	-
Grupo Santamária	22/07/2020	320.468	171.776	-	-
Family Hospital	01/05/2021	-	-	14.964	6.781
ASAMCI	27/12/2021	-	-	11.208	11.432
Hospital Nova Vida	08/07/2022	-	-	21.643	22.146
Unimed ABC	29/15/2022	-	-	29.153	35.867
Hospital SBC	23/02/2023	-	-	30.966	35.692
95% do CDI	28/11/2024	-	-	20.997	23.121
Grupo Samed	25/01/2025	-	-	52.091	54.665
Grupo Green Line	01/01/2025	-	-	202.279	-
Hospital Intermédica Jacarepaguá	05/04/2025	-	-	10.514	-
90% do CDI	25/05/2025	-	-	34.472	-
Bele Dente	95% do CDI	-	-	13.935	-
Ghettford Participações	105% do CDI	-	-	8.135	-
Ecoimage	100% do CDI	-	-	11.356	-
Grupo São José	18/11/2025	-	-	483.919	-
		320.468	171.776	212.312	204.462

(b) O saldo registrado nessa rubrica se refere à taxa de saúde suplementar recolhida trimestralmente da adquirida Green Line Sistema de Saúde S.A., conforme RN 89/2005, em que se calcula a quantidade de beneficiários de acordo com a faixa etária, sendo que R\$ 44.838 está parcelado junto à ANS e R\$ 19.355 está em discussão.

24. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Durante o curso normal de seus negócios a Companhia e suas Controladas ficam expostas a certas contingências e certos riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, civis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e suas Controladas, para os casos em que a perda é considerada provável e, também, independentemente do prognóstico de perda, todos os processos cuja lide enseje obrigação originada em lei.

31 de dezembro de 2018	Saldo		Pagamentos	Atualização	31 de dezembro de 2019
	adquirido	reversão			
Fiscais	130.137	285.768	-	2.487	412.897
Trabalhistas	160.518	29.100	(20.873)	8.612	167.357
Cíveis	133.536	95.073	(38.608)	16.412	262.387
	424.191	409.941	(59.481)	29.641	887.618

31 de dezembro de 2017	Saldo		Pagamentos	Atualização	31 de dezembro de 2018
	adquirido	reversão			
Fiscais	83.117	45.309	-	3.611	130.137
Trabalhistas	101.890	42.499	(26.416)	8.612	160.518
Cíveis	106.364	10.670	(36.288)	10.719	133.536
	291.371	98.478	(73.904)	23.142	424.191

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais

- A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a incidência do ISS (município de São Paulo) sobre seu faturamento durante o período de novembro de 2001 a dezembro de 2002. Em decisão de 1ª instância foi julgada procedente a ação. Diante do acórdão que deu provimento ao recurso de apelação da municipalidade, foram opostos embargos infringentes.
- A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde discute judicialmente o direito à incidência do ISS sobre valores recebidos na atividade de plano de saúde e os repassados a terceiros que efetivamente prestaram o serviço. Houve o trânsito em julgado favorável à Cia, determinando a conversão em renda dos valores devidos recolhidos através de depósito judicial, face a indisponibilidade sistêmica da Municipalidade. Diante da decisão terminativa do processo a Municipalidade iniciou procedimentos internos para operacionalização do "modus operandi" para recolhimento sistêmico.
- A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a tributação do ISS no município de Campinas sobre a atividade desenvolvida nesta municipalidade e a constitucionalidade do item 4.23 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 e da Lei Municipal nº 1.823.
- A Controlada Notre Dame Interméd

Nossos resultados foram muitos e você consegue ver na sua empresa.



O ano de 2019 foi repleto de resultados para o Grupo Notre Dame Intermédica. Conseguimos aumentar o controle dos custos e qualidade da nossa rede através de um modelo de negócios verticalizado, diminuindo consideravelmente os efeitos da inflação médica.

Continuamos com um substancial crescimento por meio de múltiplas estratégias, com grandes investimentos em infraestrutura. E recebemos diversas e importantes creditações para nossa rede própria. Mas o resultado mais importante foi garantir aos nossos clientes acesso a uma rede de atendimento cada vez melhor, a um custo menor e com geração de valor para todos.

Saiba mais em GNDI.COM.BR



ANS Nº 35901/21

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Concomitantemente à liquidação em caixa, o Executivo subscreveu e integralizou capital na Companhia em montante equivalente à liquidação das ações - R\$ 43.200, por meio da emissão de 4.659.445 ações ordinárias nominativas, e as partes celebraram um instrumento particular que outorgou à Companhia o direito de recomprar a parte dessas ações subscritas e integralizadas, na proporção equivalente aos 2/3 (dois terços) das Restricted Stock Units que tiverem seu vencimento antecipado no momento da antecipação e a antecipação em caixa das Restricted Stock Units outorgadas originalmente ao executivo. Essa opção de compra varia ao longo do tempo começando em 2/3 (dois terços) de janeiro de 2019 até o prazo máximo de 12 meses a partir da data de vencimento original do instrumento particular que outorgou à Companhia e ao Executivo. Dessa forma, o Executivo não pode vender nenhuma das ações que não estavam fully vested no momento da antecipação do vencimento e da liquidação imediata da totalidade das Restricted Stock Units.

A movimentação das outorgas de opções de compra de ações está demonstrada a seguir:

Time-vesting		Performance-vesting		Plano de Opções de Compras de Ações		
Quantidade de ações	Valor justo por ação (R\$)	Quantidade de ações	Valor justo por ação (R\$)	Quantidade de ações	Valor das ações	Totais
1ª Outorga	103	124	103	0,7767	80	206
2ª Outorga	526	3,7662	1,981	3,6407	1,915	203
3ª Outorga	812	4,8559	3,943	-	-	812
4ª Outorga	6,677	6,8133	11,494	4,9401	8,334	3,374
5ª Outorga	3,842	6,9967	25,510	6,9967	25,510	7,292
	1.887	43,052	5,962	35,839	12,736	78,890
						100,563

As movimentações das ações do plano (ações e valores em milhares) estão demonstradas a seguir:

	Quantidade de ações	Valor das ações	Custo
Saldo em 31 de dezembro de 2017	38.889	57.383	28.671
Nova outorga	5.192	31.490	-
Ações exercidas/expiradas	(28.503)	(16.769)	-
Custo realizado no exercício	-	-	27,629
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.578	72.104	56,295
Nova outorga	7.334	51.414	-
Ações exercidas/expiradas	(10.176)	(44,628)	-
Custo realizado no exercício	-	-	44,267
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.736	78.890	100,563

Em 31 de dezembro de 2019, está registrado o montante de R\$ 44.267 (R\$ 27.625 em 31 de dezembro de 2018), referente ao custo da transação incorrida em decorrência do plano de pagamento baseado em Ações.

32. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais.

a) Lucro básico por ação

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	439.685	334.073
Número de ações em circulação (-) Tesouraria	99.372	106.102
Lucro por ação	4,497	3,117

b) Lucro diluído por ação

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	439.685	334.073
Aumento do número de ações durante o exercício de todas as ações outorgadas	99.372	106.102
Média do número de ações durante os planos - Diluídos	100.563	116.812
Lucro por ação Diluído	4,372	2,860

33. SEGMENTO OPERACIONAL

As atividades da Companhia e de suas Controladas são organizadas nos segmentos de negócios na demonstração a seguir:

	2019		2018	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Recita operacional líquida	8.152.223	260.216	8.412.439	210.694
Custos dos serviços prestados	(6.020.443)	(84.024)	(6.104.467)	(4.409.051)
Resultado bruto	2.131.780	176.192	2.307.972	1.472.820
Despesas administrativas	(834.194)	(57.363)	(943.528)	(651.543)
Despesas comerciais	(408.830)	(14.915)	(423.745)	(293.370)
Perda de recuperabilidade sobre créditos	(69.471)	2,226	(67.245)	(38.540)
Outros receitas, liquidadas	35.859	(38)	(2.551)	33.270
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	855.144	106.102	(54.522)	906.724
Resultado financeiro	(127.300)	705	(60.952)	(187.547)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	727.844	106.807	(115.474)	719.177
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(288.159)	(7.435)	(295.594)	(209.470)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	439.685	99.372	(115.474)	423.583

1. Os valores alocados em outros segmentos na rubrica contábil "Despesas administrativas" se referem basicamente ao reconhecimento das despesas do plano de compra de ações ("stock options").

Os valores registrados na rubrica contábil "Resultado financeiro" são decorrentes dos custos de atualização monetária de saldo a pagar da parcela diferida de aquisição da Companhia.

	2019		2018	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Eventos conhecidos ou avisados (-) Co-participação	(5.992.427)	(87.851)	(6.080.278)	(4.425.735)
Sistema Único de Saúde - SUS	137.535	4.087	141.622	120.877
Depreciações e amortizações	(56.535)	-	(56.535)	(16.933)
Depreciação de direito de uso	(53.980)	-	(53.980)	(37.002)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(19.818)	(260)	(20.078)	(50.258)
(6.020.443)	(84.024)	(6.104.467)	(4.409.051)	(4.471.980)

34. PARTES RELACIONADAS

Controladora
Em 22 de março de 2014 a Bain Capital Brazil Participações S.A. (empresa incorporada pelas Operadoras Intermédica, Interodonto e Notre Dame em novembro de 2014) celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças com os vendedores das Holdings PSBB2 e PSBB3 (empresas incorporadas pela Bain Capital Brazil Participações S.A. em setembro de 2014) e suas Controladas Intermédica, Interodonto e Notre Dame Seguradora. Conforme previsto no contrato os vendedores se comprometeram a indenizar o adquirente Notre Dame Intermédica Participações S.A. pelas contingências sofridas e desembolsadas que não estavam refletidas na transação inicial.
A Companhia firmou contrato de instrumento particular de repasse de indenização com a Notre Dame Intermédica, comprometendo-se a indenizar a Notre Dame Intermédica pelos desembolsos decorridos de ações jurídicas com o seu de responsabilidade da Companhia. O ressarcimento deverá ser pago em 6 anos e 30 dias a contar da data de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças. O montante registrado em rubrica "Outros passivos circulantes" em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 320.468 (R\$ 171.776 em 31 de dezembro de 2018).
A Companhia mantém planos de opções para compra de ações ("stock options"). Em 31 de dezembro de 2019, as despesas relacionadas aos administradores contabilizadas no resultado totalizaram R\$ 44.267 (R\$ 27.625 em 31 de dezembro de 2018).
Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui o montante de R\$ 1.338 a receber da Bain Capital relacionado as despesas incorridas no processo de oferta primária e secundária de ações da Companhia. O reembolso será liquidado dentro do primeiro trimestre de 2020 conforme acordado entre as partes.

A DIRETORIA

Os membros da diretoria são: **CONTADOR: Josué Laurentino da Silva - CRC 1SP 256620/O-0**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

No Conselho de Administração, Acionistas e Administradores
Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Notre Dame Intermédica Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e controlada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, incluindo abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, no resultado ou resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Notre Dame Intermédica Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais aplicáveis em nosso país e de outros países membros da Federação Internacional de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Combinações de negócios
Durante o exercício de 2019, a Companhia realizou transações que envolveram combinações de negócios, conforme mencionado na nota explicativa 5, cujas contabilizações são discutidas no histórico de auditoria efetuado sobre o processo de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.

Em razão do alto grau de julgamento relacionado, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos relacionados às combinações de negócio incluíram, entre outros, a leitura dos documentos relacionados às transações, tais como contratos e notas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo da contraprestação transferida. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados controlando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo. Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de negócios, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para eventos ocorridos e não avisados - Peona
As controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Mediplan Assistencial Ltda., Belo Dente Odontologia Ltda. e SMEDSJ Serviços Médicos São José Ltda. possuem passivos relacionados a eventos ocorridos e não avisados que, conforme mencionado na nota explicativa 22, requerem a constituição de uma provisão baseada em nota técnica atuarial através da estimativa de eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente por essas controladas. O cálculo da provisão é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos de saúde recebidos até a data do balanço, conforme estabelecido pela Resolução Normativa 393/2015 emitida pela Agência Nacional de Saúde ("ANS").

Consideramos este assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossa auditoria conduziu esse assunto.

Nossos procedimentos relacionados às combinações de negócio incluíram, entre outros, a leitura dos documentos relacionados às transações, tais como contratos e notas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo da contraprestação transferida. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados controlando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo. Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de negócios, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para eventos ocorridos e não avisados - Peona
As controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Mediplan Assistencial Ltda., Belo Dente Odontologia Ltda. e SMEDSJ Serviços Médicos São José Ltda. possuem passivos relacionados a eventos ocorridos e não avisados que, conforme mencionado na nota explicativa 22, requerem a constituição de uma provisão baseada em nota técnica atuarial através da estimativa de eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente por essas controladas. O cálculo da provisão é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos de saúde recebidos até a data do balanço, conforme estabelecido pela Resolução Normativa 393/2015 emitida pela Agência Nacional de Saúde ("ANS").

Consideramos este assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossa auditoria conduziu esse assunto.

Nossos procedimentos relacionados às combinações de negócio incluíram, entre outros, a leitura dos documentos relacionados às transações, tais como contratos e notas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo da contraprestação transferida. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados controlando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo. Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de negócios, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para eventos ocorridos e não avisados - Peona
As controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Mediplan Assistencial Ltda., Belo Dente Odontologia Ltda. e SMEDSJ Serviços Médicos São José Ltda. possuem passivos relacionados a eventos ocorridos e não avisados que, conforme mencionado na nota explicativa 22, requerem a constituição de uma provisão baseada em nota técnica atuarial através da estimativa de eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente por essas controladas. O cálculo da provisão é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos de saúde recebidos até a data do balanço, conforme estabelecido pela Resolução Normativa 393/2015 emitida pela Agência Nacional de Saúde ("ANS").

Consideramos este assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossa auditoria conduziu esse assunto.

Nossos procedimentos relacionados às combinações de negócio incluíram, entre outros, a leitura dos documentos relacionados às transações, tais como contratos e notas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo da contraprestação transferida. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados controlando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo. Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de negócios, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para eventos ocorridos e não avisados - Peona
As controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Mediplan Assistencial Ltda., Belo Dente Odontologia Ltda. e SMEDSJ Serviços Médicos São José Ltda. possuem passivos relacionados a eventos ocorridos e não avisados que, conforme mencionado na nota explicativa 22, requerem a constituição de uma provisão baseada em nota técnica atuarial através da estimativa de eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente por essas controladas. O cálculo da provisão é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos de saúde recebidos até a data do balanço, conforme estabelecido pela Resolução Normativa 393/2015 emitida pela Agência Nacional de Saúde ("ANS").

Consideramos este assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossa auditoria conduziu esse assunto.

Consolidado
Em 4 de abril de 2019, a Controlada BCBF recebeu os valores devidos relacionados a contrato de mútuo celebrado em 15 de dezembro de 2017, com seu executivo com vencimento para julho de 2019. O montante liquidado foi de R\$ 12.913.

A remuneração dos principais administradores das Controladas, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades, é composta de remuneração e gratificações de curto prazo, cujo montante registrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 63.526 (R\$ 57.117 em 31 de dezembro de 2018).

A remuneração variável (Plano de Opção de Ações) não está incluída na remuneração global aprovada em Assembleia.

35. COMPROMISSOS

Consolidado
Até um ano
Mais de um ano e até cinco anos
Acima de cinco anos

	2019	2018
Com a implementação do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, na aplicação inicial a Companhia realizou inventário de todos os contratos e, de acordo com as políticas apresentadas nas notas explicativas nº 4 e 17, os contratos foram reconhecidos nos ativos e passivos correspondentes dentro dos critérios estabelecidos pela norma. Para fins de classificação dos compromissos, os contratos sem data de vigência, com acordos bilaterais ou unilaterais, não foram considerados itens enquadrados no CPC 06 (R2)/IFRS 16. Ademais, os contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor na avaliação da Administração, foram enquadrados no CPC 06 (R2)/IFRS 16 e enquadrados dentro das exceções previstas. Portanto, esses contratos foram mantidos como compromissos futuros. As despesas incorridas relacionadas aos compromissos apresentados acima estão registradas na rubrica "Serviços de terceiros" na nota explicativa nº 29.a Despesas Administrativas.	108.684	242.399
	655.062	1.031.116

36. COBERTURA DE SEGUROS
As Controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Edifícios, Instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques	Incêndio (Inclusive decorrente de tumultos, greves e lock-out) Queda de raio. Explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, PD equipamentos móveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdidos/pagamentos de demoramento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis (território nacional) e roubo de medicamentos.	RS 384.700 RS 1.330.406
D&O Responsabilidade Civil Frota de Veículos	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros Responsabilidade civil operacionais Compreensiva, danos materiais, danos corporais e equipamentos móveis	RS 66.667 100% Tabela FIPE por veículo Variável conforme faixa salarial e limite máximo R\$48.132
Funcionários	Seguro de vida em grupo	RS 270.181
Seguro Garantia	Garantias sobre contratos de clientes	-

37. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

a) Aquisição Ecole Serviços Médicos Ltda.
Em 17 de dezembro de 2019, em continuação ao plano de expansão da Companhia, foi assinado o acordo de intenção de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição da Ecole Serviços Médicos Ltda., localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

O valor da transação de compra é no montante de R\$ 49,000, em que a forma de pagamento será concluída na data de fechamento da localização, descontados o encividamento apurado e uma parcela retida para contingências, se necessário.

A consumação da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

38. EVENTOS SUCESSIVOS

a) Programa de recompra de ações
Em 9 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração da Administração aprovou o programa de recompra de ações. O programa de recompra tem por objetivo a aquisição, pela Companhia e suas Controladas, de ações ordinárias de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações, sem redução do capital social da Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia por meio de transações a serem posteriormente definidas, incluindo, mas não se limitando, a transferência de ações no contexto do pagamento de parte do preço de aquisição do Grupo Clinipam após respectivas autorizações dos órgãos reguladores, conforme comunicado pela Companhia em fato relevante divulgado em 1º de novembro de 2019.

Duração do programa de recompra
O prazo máximo para a liquidação das aquisições e alienações de ações da Companhia no âmbito do Programa de Recompra será de 6 meses, iniciando-se em 9 de janeiro de 2020 e encerrando-se em 8 de julho de 2020.

Entre os dias 15 a 28 de janeiro de 2020 a Companhia nos termos do programa de recompra de ações realizou a aquisição de 3.365.870 ações no montante de R\$ 245.141.

b) Resgate antecipado das debêntures

Em 10 de janeiro de 2020 a Companhia em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404/1976 e na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358/2002, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a sua Controlada BCBF Participações S.A. realizou, nessa data, o resgate antecipado total das debêntures simples, não convertíveis, da espécie quirografária, com garantia adicional fiduciária, da 3ª emissão.

O valor total do resgate foi de aproximadamente R\$ 932.000, compreendendo o saldo total do valor nominal unitário da totalidade das debêntures dessa emissão acrescido da correspondente remuneração até essa data.